

*Helena Fernando Pessane\**

## **O Ensino Superior Privado em Moçambique e as classes sociais de baixa renda**

### **Resumo**

O presente artigo tem por objectivo apresentar, analisar e avaliar o papel do Ensino Superior Privado e do Governo em Moçambique para os grupos sociais com baixa renda, face ao factor custo. O perfil de estudantes que têm acesso ao Ensino Superior Privado, as estratégias a serem aplicadas para superar os constrangimentos financeiros. A pesquisa resulta do trabalho de terreno realizado junto a três Instituições do Ensino Superior Privado, usando como metodologia principal um inquérito submetido a uma amostra representativa de estudantes dos cursos de ciências sociais, do período laboral, complementado por uma entrevista semiestruturada a 15 docentes destas instituições. O resultado foi que os estudantes entrevistados, admitiram que o custo do ensino superior privado cria barreiras para jovens e adultos das classes desfavorecidas, que almejam continuar com seus estudos, embora, reconheçam que as instituições de ensino superior privadas contribuem para a economia do país, através da sua expansão, albergando os estudantes da classe alta-média que não conseguem ingressar nas instituições públicas devido ao défice e limitação de vagas.

**Palavras-chave:** Universidade; Desigualdade; Estratégias alternativas; Papel do Estado; Financiamento

### **Abstract**

This article aims to present, analyze and evaluate the role of the private Universities and the Government's role in Mozambique to the social group with low income, due to the costs. The profile of students that have access to private universities, the strategies that would be applied to overcome the financial constraints. This research was based on the data resulted from the field work done at three private universities. As a tool for this research, a survey was submitted to a representative sample of students frequenting science social course during work day, complemented by an interview to 15 teachers from those institutions. As a result the interviewed students pointed out that the costs of

private universities bring a struggling to young and hold people from family low incoming, who wish to continue with their studying. Nevertheless, they recognize that the institutions of the private universities contribute to the economy of the country through their expansion, carrying the students with high and middle social conditions who don't succeed to apply for public school due to the lack and limitation of the vacancy.

**Keywords:** University; Inequality; Alternative strategies; Role of the State; Financing

## 1. Introdução

A desigualdade entre as classes sociais motivada pelo factor custo, foi sempre um elemento relevante aos níveis cultural e educacional, inclusive em Moçambique. E a educação é identificada como a primeira ferramenta para nivelar as diferenças sociais iniciais entre os indivíduos, como se lê no preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 (ONU, 1948). Nas colónias, a educação tendia a reproduzir as desigualdades iniciais entre colonizados e colonizadores. No caso moçambicano, durante o Governo Colonial, a educação era subdividida em duas categorias: Escola/Oficiais para os filhos dos proprietários e assimilados e Rudimentares para os indígenas. Portanto, o poder da dominação é que dá origem a essa desigualdade, na qual uma classe produz e outra domina os meios de produção (Tomaz, 1993). Entretanto, a desigualdade continua a constituir um desafio no Ensino Superior, devido à existência de mais instituições privadas do que públicas, com práticas diferenciadas em termos de regulamentos e custo de ensino aplicados. Dessa forma, a pesquisa realizada nas três Instituições de Ensino Superior Privadas, Universidade Técnica de Moçambique, Universidade São Tomás de Moçambique e Instituto Superior de Gestão e Empreendedorismo Gwaza Muthine, surgiu pelo facto de, ainda persistirem em Moçambique grupos sociais com baixa renda que enfrentam dificuldades de acesso ao Ensino Superior Privado. A situação é agravada pelo facto de as Instituições de Ensino Superior Públicas serem em número reduzido, não podendo albergar todo estudante que pretende ingressar no Ensino Superior.

O foco da pesquisa reside em compreender o papel do Ensino Superior Privado e do Governo em Moçambique face à componente custo, para os grupos sociais com baixa

renda, procurando identificar as estratégias aplicadas para superar este constrangimento, analisados regulamentos, planos de acção e avaliações levadas a cabo por parte das instituições de Ensino Superior, assim como a forma com que o Estado, a Sociedade e as Instituições de Ensino Superior Privadas lidam com a questão do acesso ao mesmo por parte das classes menos privilegiadas. Porém, tem sido frequente ver estudantes com requisitos favoráveis para o ingresso ao Ensino Superior, mas excluídos devido ao factor custo.

Para obtenção de resultados foi usada uma abordagem quantitativa com a subministração de um inquérito junto a uma amostra de estudantes dos cursos de Ciências Sociais, do período laboral, de três Instituições de Ensino Superior Privadas, nomeadamente UDM, USTM e ISGE-GM, complementado por uma entrevista semiestruturada a 15 docentes destas Instituições, com tratamento das informações de tipo qualitativo, procurando perceber o ponto de vista e as opiniões dos entrevistados acerca do assunto central da pesquisa.

Pela análise de respostas obtidas dos docentes entrevistados, buscou-se evidências que pudessem confirmar a hipótese levantada pela pesquisadora, a saber que “ Os altos custos de ensino superior privado, não permitem aos Grupos Sociais de Baixa Renda o acesso ao Ensino Superior”.

Os dados que resultaram do inquérito subministrado aos estudantes foram analisados através de uma abordagem quantitativa, ao passo que comentários interpretativos dos docentes entrevistados foram analisados mediante uma metodologia qualitativa.

## **2. Ensino superior e classes sociais de baixa renda**

A educação no ensino superior é cada vez mais chamada a produzir novos conhecimentos, ajudada neste esforço pelas tecnologias de informação e de comunicação (Miranda, 2007). Ademais, o Sistema Nacional de Educação (SNE), aprovado pela Lei nº 6/92, de 6 de Maio, estabelece o princípio da educação como direito e dever de todos os cidadãos e tem como um dos objectivos a formação dos cidadãos com uma sólida preparação científica, técnica, cultural e física e uma elevada educação moral, cívica e patriótica.

No contexto africano, o ensino superior desempenha um papel fundamental no desenvolvimento Regional e na produção de conhecimento (OECD 2001). A nível Regional, a SADC reflecte uma comunidade que compreendendo o papel crucial que o ensino superior deve desempenhar no desenvolvimento, procurando um envolvimento mais constante com a Universidade (Wilson-Strídom & N’Fongwa, 2012: 2º). Apesar deste desafio, o acesso ao ensino superior na África Subsariana continua muito baixo, comparando com as regiões tais como América Latina, colocando-se na fasquia de 5% contra 35% (World Bank, 2009).

De acordo com a Equipe de Pesquisa da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP, 2001), a importância do “custo do ensino em instituições de ensino superior” pode ser avaliada pelo crescente número de iniciativas governamentais nessa área em todo o mundo ao longo da última década e pelo espaço que o mesmo vem ganhando na literatura especializada. O curso superior é um meio importante de desenvolvimento económico do país e a preocupação com o seu custo é uma questão que interessa à sociedade, que deseja saber se os recursos aplicados nas universidades estão trazendo algum benefício, assim como para a própria instituição que almeja melhorar a eficiência na utilização dos seus recursos, principalmente num país cuja demanda pelo curso superior é maior do que a oferta. Além disso, as informações sobre os custos são ferramentas que contribuem para o controlo e para tomada de decisão nas instituições, constituindo também uma fonte de informação para a elaboração do orçamento.

Para analisar o custo do ensino superior, é pertinente olhar para as famílias de baixa renda que devem sustentar o estudo no ensino superior privado dos seus membros. É fundamental também perceber as características que o mesmo apresenta, pois frequentemente se confunde custo de ensino com o custo da instituição, uma vez que, as universidades possuem múltiplas funções tais como: ensino, pesquisa, prestação de serviços, extensão etc, onde o custo total é mais elevado do que o custo do ensino. Portanto, o custo é representado pelos valores relacionados com as taxas que os estudantes pagam quando o ensino não é gratuito incluindo despesas com livros e material escolar (Penãloza, 1999). Segundo João Mosca, são poucos os Moçambicanos que estão em condições de pagar tais valores ou despesas. E, por conseguinte, as

instituições públicas são em número reduzido, ou seja, não abrangem todo o País o que culmina com a limitação de vagas. Mosca (2010) defende que, em Moçambique não há espaço para a existência de um número tão elevado de instituições de ensino superior, sobretudo privadas, tal como acontece actualmente.

Para sustentar um tal argumento, Mosca defende que, a baixa renda de grande parte dos moçambicanos constitui um grande constrangimento. Na sua opinião, esta questão representa um desafio na área da educação, que deve ser aprimorado nos grandes debates e seminários realizados ao nível dos órgãos que o tutelam. Entretanto, Tanga Wa Wena (2012) defende a ideia de que, as propinas do ensino superior promovem a exclusão social, pois, quando surgiu o ensino superior privado muitos moçambicanos viram uma janela aberta para continuarem com os estudos, mesmo sabendo que havia um preço por pagar.

No que concerne a desigualdade social, o reconhecimento passa por processos que têm o efeito de limitar ou prejudicar o *status*, ou seja, o padrão ou posição de um determinado grupo, classe ou círculo social. O Relatório-Coleman, publicado em 1960 nos EUA, foi o primeiro a demonstrar que as desigualdades escolares dependiam mais da origem familiar (factor social) do que das infra-estruturas presentes em cada escola (factor infra-estrutural), o que significa que, a desigualdade de oportunidades entre os grupos sociais já existia a nível das comunidades onde os mesmos se encontravam inseridos. No contexto do ensino superior, conota-se alguns factores que colocam os estudantes em desvantagem ou exclusão, tais sejam: preconceito de etnias, localização geográfica, deficiência física, assim como, a preparação inadequada para desafios do ensino superior. Para além dos factores acima mencionados, existem outros que contribuem para a existência da desigualdade a nível das classes sociais, como o desequilíbrio económico, motivado pela distribuição heterogénea da renda na sociedade, sendo uns detentores de muitos bens, enquanto outros vivem na extrema miséria.

### **3. O ensino superior privado em Moçambique**

De acordo com o decreto-lei nº44530 de 21 de Agosto de 1962, surge o Ensino Superior em Moçambique, com apenas uma Universidade designada como Estudos Gerais e

Universidade de Moçambique (EGUM), tendo passado a chamar-se Universidade de Lourenço Marques (ULM) e a posterior Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Com a proclamação da Independência Nacional em 1975, o sistema de ensino começou a registar alguns avanços, deixando de existir grupos distintos e propondo um padrão universal e abrangente, ao nível do ensino superior. Em 1984 foram criadas novas instituições de ensino superior, o Instituto Superior Pedagógico Universitário (ISPU), que mais tarde passou a chamar-se Universidade Pedagógica (UP) e o Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI) (Langa, 2006). Portanto, com a introdução da economia de mercado em 1987, criou-se o sector privado que deu origem às instituições de ensino superior privadas, cujo objectivo é de responder a procura, tendo em conta que as públicas são de número reduzido.

Entretanto, o Ensino Superior em Moçambique tem vindo nos últimos anos, desde a década de noventa até hoje, a contribuir para o desenvolvimento da sociedade em geral e das comunidades locais em particular, com destaque para o ensino privado. Na fase actual, a expansão do ensino superior privado abrange a maior parte das Províncias e alguns Distritos do País, ficando o desafio para com as instituições do ensino superior público, pois, de acordo com a informação extraída do portal do governo de Moçambique Dados Antigos, Moçambique tinha, até 2011, 44 Instituições de ensino superior, das quais 35 são de ramo privado e 9 público, ultrapassando hoje o número de cinquenta.

Durante a realização da pesquisa, foi aprimorada a identificação e categorização de perfil dos jovens pertencentes aos grupos sociais de baixa renda que têm acesso ao ensino superior privado em Moçambique, em particular nas três Instituições inquiridas, UDM, USTM e ISGE-GM, onde a definição foi mediante as respostas de orientação pré - concebidas na pergunta nº 2, alínea a), b), c) e d) do questionário a citar: “...*Qual é o perfil dos estudantes que frequentam esta instituição de ensino superior?..*”

- a. Geralmente são jovens com famílias abastadas, cujos pais pagam as propinas;
- b. São jovens trabalhadores que financiam seus estudos mediante o seu próprio emprego;
- c. São jovens que conseguem bolsas para estudar;
- d. Se trata de uma população mista, com jovens que estudam a tempo inteiro.

Para tal, trabalhou-se com base numa população de (2056) estudantes dos cursos de ciências sociais, período laboral, nas turmas do 2º e 4º ano, ambas com um total de 53

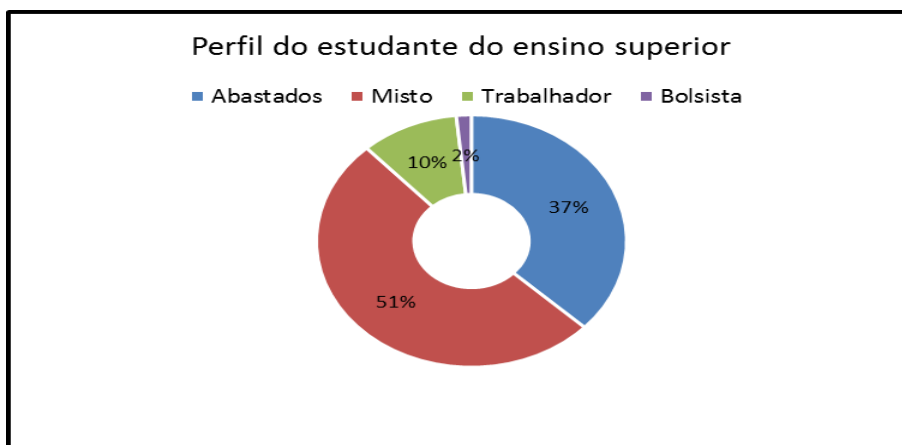
estudantes. Face a essa população reportada, foi selecionada para o inquérito uma amostra representativa de 159 estudantes, dos quais 127 deram o seu ponto de vista, consoante a seguinte classificados em: estudantes pertencentes a famílias abastadas; bolsistas; 3. estudantes trabalhadores; 4. população “mista”. Da análise feita em torno dos que responderam ao inquérito, conclui-se que: a maior parte dos estudantes que frequenta os cursos de Ciências Sociais em IES’s privadas pertence à categoria “mista”. Em particular, 65 estudantes (51%), seguida de 47 estudantes com famílias abastadas (37%), 13 estudantes trabalhadores (10%) e por fim 2% de bolsistas. Para as categorias de estudante e bolsistas, pode ser explicado pela necessidade de conciliar o trabalho e a escola, uma experiência não fácil principalmente para os novos ingressos no mercado de emprego e ou dependentes de apoio, enquadrando-se deste modo nos requisitos que compõem o grupo social com baixa renda.

**Tabela 1.** Perfil dos estudantes nas IES Privadas em Moçambique

Estudantes abastados	Estudantes bolsistas	Trabalhador	População o mista	Total
47	2	13	65	127

*Fonte :* Dados elaborados do Inquérito da presente pesquisa

**Figura 1.** Perfil dos estudantes nas IES Privadas em Moçambique



*Fonte:* Ver Tabela 1

Para as famílias desfavorecidas, ou seja, que enfrentam dificuldades para custear as despesas básicas, o acesso ao ensino superior, continua problemático, motivo pelo qual, o Plano Estratégico do Ensino Superior (2012-2020), surge como resposta ao desafio constante na Agenda 2025 de reflexão sobre o Capital Humano e na sequência dos avanços alcançados com a Implementação do anterior Plano Estratégico do Ensino Superior (2000-2010), o qual prevê:

*A real possibilidade de qualquer estudante com o ensino secundário concluído poder matricular-se no ensino superior, independentemente da capacidade económica da família.*

Por outro lado, estabelece que:

*O objectivo geral de melhorar o acesso ao ensino superior é de assegurar que os estudantes, com o ensino secundário concluído, possam ingressar no ensino superior, no quadro das condições de acesso definidas e segundo as vagas existentes no subsistema de ensino superior. Factores de origem socioeconómica, étnica e regional, género e outros não devem ser impeditivos de acesso ao ensino superior, se não excepcionalmente, quando for imperioso reduzir assimetrias acentuadas. Fomentar a existência de linhas de crédito para formação (bolsas-empréstimo); Estabelecer infra-estruturas de acesso aos indivíduos com necessidades especiais nas IES e criar Mecanismos de facilitação de aprendizagem e participação no processo académico para estudantes com deficiências, PEES (2000-2010)*

Contudo, em Moçambique, o subsistema de ensino superior cresceu rapidamente nos últimos 20 anos, de menos de 4 mil estudantes em 1989, em apenas três instituições públicas de ensino superior, para mais de 75 mil estudantes em 2010, distribuídos por mais de 38 instituições de Ensino Superior – entre públicas e privadas, até ultrapassar o total de 170.000 estudantes em 2015, dos quais 116.000 nas IES públicas e quase 59.000 nas privadas. Como forma de responder a esse crescimento, a Estratégia de Financiamento, aprovada no âmbito do Programa Quinquenal do Governo (2010-2014),



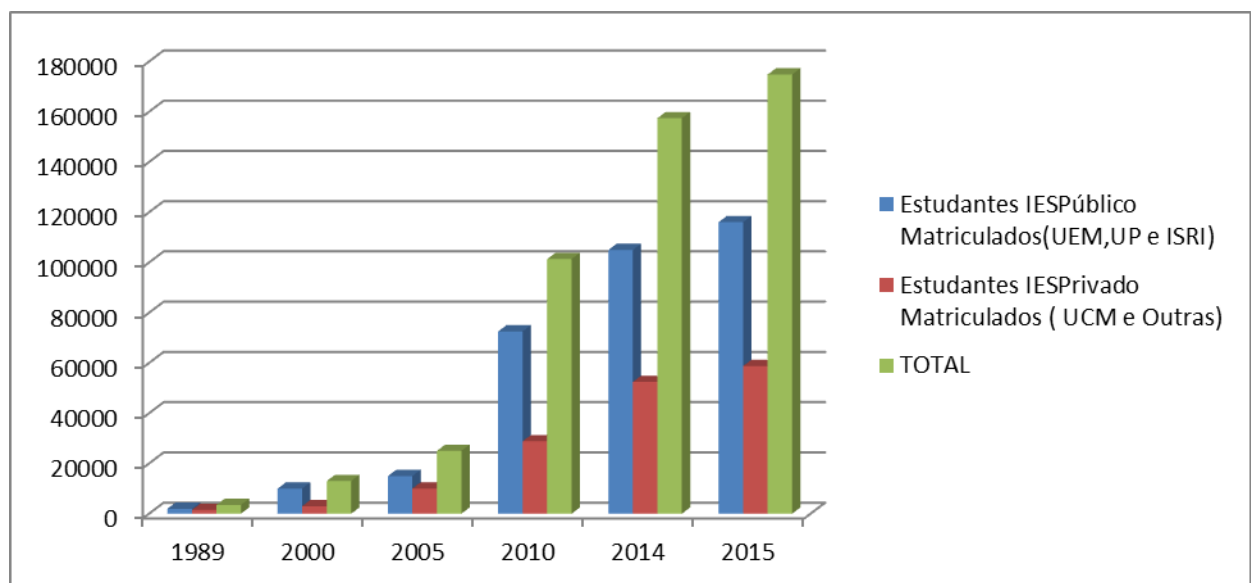
mostra a actuação do Estado no porte de recursos a serem canalizados de forma directa e indirecta às Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, respectivamente.

**Tabela 2.** Nível de crescimento de estudantes no Ensino Superior Público e Privado em Moçambique entre 1989 a 2015

Numero de Estudantes e Instituicoes	1989	2000	2005	2010	2014	2015
Estudantes IES Públicas Matriculados (UEM,UP e ISRI)	2.000	10.000	15.000	72.541	104979	116037
Estudantes IES Privadas Matriculados (UCM e Outras)	1.500	3.000	10.000	28.821	52452	58765
<b>TOTAL</b>	<b>3.500</b>	<b>13.000</b>	<b>25.000</b>	<b>101362</b>	<b>157431</b>	<b>174802</b>

*Fonte:* Elaboração da Autora com base nos dados do Anuário Estatístico – Indicador Social em Moçambique (2008-2016)

**Figura 2.** Nível de crescimento de estudantes no Ensino Superior Público e Privado em Moçambique entre 1989 a 2015



*Fonte:* Elaboração da Autora com base nos dados do Anuário Estatístico – Indicador Social em Moçambique (2008-2016)

De acordo com a informação acima apresentada, pode-se concluir que durante o período em análise, em Moçambique a procura pelo ensino superior ascendia cada vez mais, nas IES, públicas ou Privadas existentes.

Em 2014 Moçambique teve desafios de financiamento no ensino superior, onde o Estado financiou fundamentalmente com o recurso ao seu orçamento, que por sua vez, resulta de contribuições dos cidadãos por via de impostos (World Bank, 2010). Para além do financiamento, o Governo através do Plano Estratégico de Ensino Superior (2012 -2020), apresenta como objectivo estratégico, assegurar que as Instituições de Ensino Superior respondam às necessidades e prioridades do desenvolvimento socio-económico do país, promovendo a expansão e o acesso equitativo ao ensino superior, com padrões internacionais de qualidade como:

*Equilíbrio entre o ensino universitário e o politécnico em função das necessidades do país, através da articulação entre as Instituições de Ensino Superior e o Instituto Nacional de Ensino e Desenvolvimento (INED) para a utilização e partilha de infra-estruturas e equipamentos para a expansão do Ensino Superior; Expansão equilibrada e articulada entre número de estudantes, pessoal docente e não-docente, infra-estrutura pedagógica, articulada e coordenada entre os cursos oferecidos e as áreas de desenvolvimento (MINED, 2012-2020)*

Com a Estratégia de Financiamento, aprovada no âmbito do programa quinquenal do Governo (2010-2014), os desafios continuam, devido ao custo de taxas aplicadas pelas IES Privadas, criando barreiras para os estudantes pertencentes a classes sociais e ou famílias desfavorecidas.

De acordo com o resultado do inquérito feito aos estudantes, a estratégia que permite que o jovem da classe média-baixa consiga ingressar no ensino superior privado, concluindo o curso, foi a do estudante-trabalhador. Entretanto, uma tal tipologia de estudante apresenta um risco elevado de desistência no curso laboral, preferindo passar para o curso pós-laboral, por forma a acomodar ou conciliar o trabalho e o estudo.

Partindo destes pressupostos, elaborou-se instrumentos (questionários) para coleta de dados sobre o papel de Ensino Superior Privado e do Governo em Moçambique para os grupos sociais com baixa renda, face ao factor custo.

#### 4. Apresentação e análise dos resultados de pesquisa

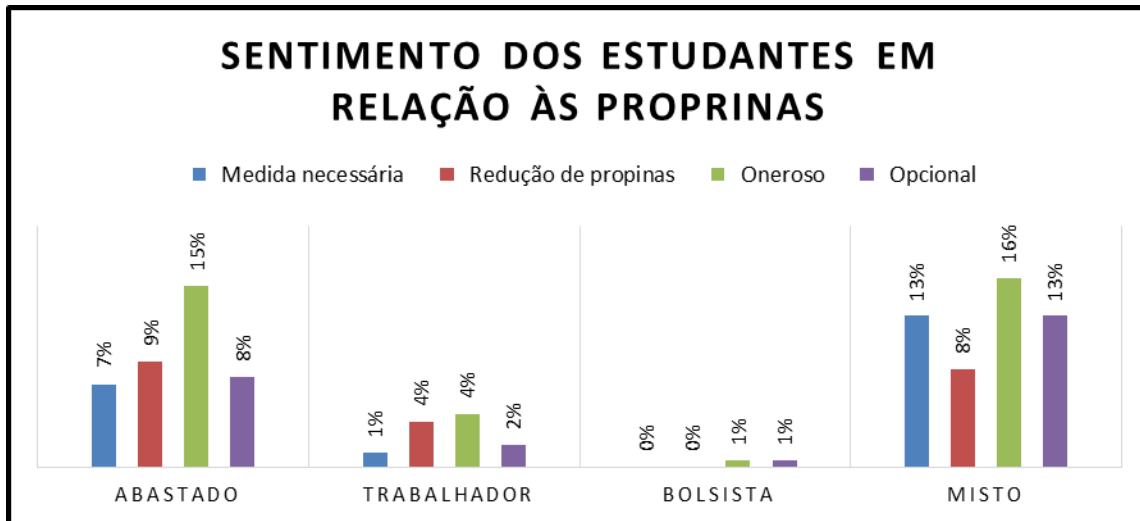
Depois de categorizar o perfil dos estudantes que frequentam o ensino superior privado, no período laboral, nas três IES's Privadas, segue-se a fase de elucidar o sentimento dos mesmos em relação ao custo de ensino. Na amostra de 159 estudantes, 57- (36%) comunga a ideia de que o ensino superior privado é oneroso. Como uma das alternativas para minimizar o impacto, 9% de estudantes abastados, 8% população “mista” e 4% dos estudantes trabalhadores, defendem a redução de taxas com propina. Portanto, o ensino superior privado é tido como parceiro do ensino superior público, embora beneficie o cidadão da classe alta e média e não a de baixa renda, devido ao custo das taxas aplicadas; tendo como desafio investir mais na componente produção de conhecimento, com enfoque na área de investigação científica, incluindo as condições necessárias, como laboratórios para realização de ensaios experimentais, nos cursos das engenharias, medicina e outros, por forma a que não afecte a qualidade de ensino. Dados reflectidos na Tabela 3 e Figura nº 4 abaixo.

**Tabela 3.** Opinião dos estudantes inquiridos em relação ao custo de Ensino Superior Vs propinas aplicadas nas IES Privadas

Perfil do Estudante	Medida necessária	Redução de propinas	Oneroso	Opcional	Total
Abastado	11	14	24	12	61
Trabalhador	2	6	7	3	18
Bolsista	0	0	1	1	2
Misto	20	13	25	20	78
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>33</b>	<b>57</b>	<b>36</b>	<b>159</b>

Fonte: Elaboração da Autora com base no inquérito da presente pesquisa

**Figura 3.** Opinião dos Estudantes inquiridos, em relação ao Ensino Superior Vs Propinas aplicadas na IESP Privadas.



Fonte: ver Tabela 03

A Tabela e a Figura nº 4 abaixo, reflectem o resultado obtido dos estudantes do 2º e 4º ano de Licenciatura em Ciências Sociais, período laboral, sobre as estratégias que as instituições de ensino superior privado deveriam aplicar, por forma a minimizar a desigualdade social. Dos 135 estudantes de perfil diferenciado que responderam positivamente ao inquérito, 44 (33%) alegam que as instituições de ensino superior deveriam atribuir bolsas de estudos; 35 – (26%) clamam pela redução das propinas; 24 – (18%) defendem que a diferenciação de propinas de acordo com as condições financeiras de cada estudante seria o mais desejável, com vista a criar mais oportunidades para os que não têm acesso ao ensino superior.

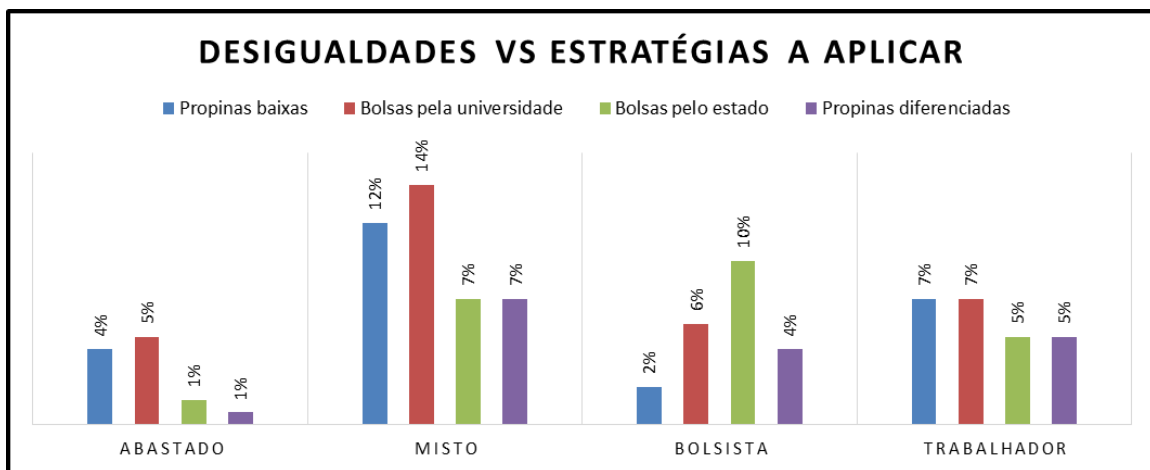
**Tabela 4.** Desigualdade versus estratégias a aplicar

Perfil do Estudante	Propinas baixas	Bolsas pela Universidade	Bolsas pelo estado	Propinas diferenciadas	Total
Abastado	6	7	2	1	16
Misto	16	19	10	10	55

Bolsista	3	8	13	6	30
Trabalhador	10	10	7	7	34
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>44</b>	<b>32</b>	<b>24</b>	<b>135</b>

Fonte: Ver tabela 3

**Figura 4.** Desigualdade versus estratégias a aplicar



Fonte: Ver tabela 3

De acordo com os resultados obtidos dos estudantes inquiridos, 12% da população “mista” defende a redução de propinas, assim como 7% dos estudantes trabalhadores, 4% dos estudantes com família abastada e 2% dos bolsistas. A população “mista” que representa 14% opina que as instituições de ensino superior deveriam responder a esse desafio atribuindo mais bolsas, 7% de jovens trabalhadores, 6% bolsistas, e 5% dos abastados, comunga a mesma ideia. Em termos de opção para uma propina diferenciada, 7% pertence ao grupo “misto”, 5% aos estudantes trabalhadores e 4% aos bolsistas.

Quanto à redução das propinas, dos 135 estudantes inquiridos, 24% atribui a responsabilidade ao governo como entidade de tutela a alocação de bolsas de estudos às classes de baixa renda, 18% sustenta que a diferenciação de propinas pode favorecer aos

mais carenciados, tendo em conta que, o custo da taxa se adequaria às condições de cada estudante *versus* curso.

Ainda sobre a desigualdade social, os estudantes sugerem que o Governo priorize este assunto aquando da definição do plano estratégico na área de educação, em termos de expansão das instituições de ensino superior público. Porque, nas zonas urbanas existe a possibilidade de os jovens procurarem emprego para a posteriori custear o seu ensino e, por isso, parece ser fácil ultrapassá-la, facto que não acontece nas zonas rurais. Aqui, as famílias e/ou os pais cuja base de sustento é apenas a agricultura veem que os filhos não têm acesso ao ensino e ao emprego, o que faz com que se sintam excluídos da sociedade. Ademais, se as famílias normalmente na sua vida quotidiana apresentam dificuldades, mais complicado fica quando se trata de pagar as despesas do ensino superior privado para os seus filhos. E a realidade moçambicana já dita que, nas zonas rurais devido a cultura e uso de costumes, as famílias são mais alargadas em relação as das cidades.

Para uma análise mais profunda do custo do ensino superior privado em Moçambique e suas implicações, principalmente, para as famílias de baixa renda, foram também entrevistados 15 docentes da UDM, USTM e ISGEGM, que leccionam no curso laboral, ciências sociais.

Segundo cinco dos docentes entrevistados, nas instituições de ensino superior privado onde leccionam os preços são acessíveis, de modo a encorajar o estudante a ingressar sem desistir; 6 defendem que, as instituições tendem a reduzir o preço das propinas para adequá-las às exigências do mercado moçambicano, embora continuem com o desafio de reforma, em termos de métodos a aplicar, para que os estudantes da classe com baixa renda possam ter oportunidades de acesso ao ensino superior; e os restantes 4 comungam a ideia de que as instituições ainda não têm decisão clara sobre a redução de custo das propinas e outros serviços administrativos, pelo facto de estarem a reformular o seu regulamento, com vista a adequá-lo às necessidades dos estudantes.

Face às respostas tidas em relação ao “custo”, conclui-se que não existe um padrão único de preços aplicados pelas instituições de ensino superior privado em Moçambique, pese embora, as políticas de ensino existam, mas não estão sendo ajustadas ao nível das

mesmas. Neste caso vertente, nas três instituições de ensino superior privado inquiridas, é notório que se aplicam taxas diferenciadas, umas mais elevadas que outras ou o inverso.

No que concerne aos gastos económicos, 7 dos docentes entrevistados defendem que o Estado deveria subsidiar as instituições de ensino superior privado, por forma a albergar mais estudantes; 5 afirmam que as instituições de ensino tinham que moderar as propinas de acordo com o rendimento das famílias; 3 alegam que, a disponibilização das bolsas de estudo pelo Estado, seria um meio eficaz de minimizar esta problemática.

Face às três respostas acima referenciadas, ambas respostas vão na direção de remover as barreiras existentes nessas famílias, embora cada uma tenha relevância de acordo com o contexto onde se encontra inserido. "Subsidiar as instituições de ensino superior privado pelo estado.." é de certa forma mais relevante, pois as instituições de ensino superior ainda que sejam autónomas, necessitam por parte do Estado de um contributo, para que o custo a aplicar seja acessível e o programa de bolsas mais atractivo.

No que tange a desigualdade social no ensino superior privado, dos 15 docentes inquiridos, 10 defendem que as instituições deveriam criar medidas que pudessem regulá-la, partindo do princípio de que o propósito de todos é o de buscar o conhecimento e, como exemplo, teríamos a prática de taxas moderadas de acordo com o rendimento familiar; os outros 5 docentes, alegam que as instituições de ensino deveriam ajustar as assimetrias regionais, pois o ensino superior privado ainda que se tenha expandido a nível das províncias, os que mais se beneficiam são os da classe alta-média que vivem nas cidades, ficando excluídos os que se encontram nas zonas recôndidas.

Quanto às sugestões, os 15 docentes defendem que as instituições de ensino superior privado deveriam:

- Definir métodos claros para abranger as famílias desfavorecidas;
- Reduzir as taxas assim como as propinas;
- Atribuir bolsas de estudo aos melhores estudantes;
- Equipar os laboratórios de pesquisa;

- Melhorar e aperfeiçoar os currículos dos cursos leccionados e adequá-los ao mercado, uma vez que se sente que os mesmos, em algum momento, podem não se adequar à realidade, o que acaba influenciando directamente no mercado do emprego.

O Governo como órgão de tutela deveria:

- Investir na qualidade dos docentes, potenciando-os com níveis psico-pedagógicos;
- Assegurar a qualidade de ensino, fiscalizando sistematicamente;
- Conceder espaço para a implantação das instituições de ensino, a fim de minimizar a situação do arrendamento em edifícios impróprios;
- Interagir de forma periódica junto com as instituições de ensino superior privado

## **5. Considerações finais**

Os resultados da pesquisa enquadram-se na hipótese levantada inicialmente e indicada na introdução deste artigo. Estudantes e docentes opinaram que em relação ao tema “custo” e ao “grupo social de baixa renda”, as instituições de ensino superior privado deveriam buscar alternativas para acomodá-los.

Também mostrou, por meio de dados qualitativos e quantitativos, que o custo de ensino superior privado em Moçambique é oneroso, beneficia o cidadão da classe alta e média e não o de baixa renda, devido ao custo das taxas aplicadas; por outro lado, as instituições de ensino superior privadas e o Governo, têm o desafio de rever as taxas, por forma a abranger maior número de estudantes, inclusivamente os que enfrentam dificuldades financeiras, conforme estabelece o Plano Estratégico do Ensino Superior (2012-2020). Desta forma, uma intervenção activa por parte do Governo poderia responder positivamente ao desafio finalizado a garantir o princípio constitucional da proporcionalidade no pagamento dos impostos (neste caso das propinas académicas). Apesar de tais considerações, todavia, os entrevistados admitiram que as IES privadas



estão desempenhando um papel relevante no acesso à formação dos excluídos do ensino superior público, embora privilegiando, no geral, os membros da classe médio-alta.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUÁRIO ESTATÍSTICO (2008-2016): indicador social em Moçambique. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-estatisticas-e-indicadores-sociais-2016/view>.

DECRETO-LEI N°44530 (1962). Contexto em que surge o ensino superior em Moçambique. Disponível em: <http://www.mol.co.mz/ensino>;

BOLSAS DE ESTUDO (Outubro, 2017): Financiamento de Estudo no Ensino Superior. Disponível em: <https://financiamentodebolsasdeestudo.wordpress.com/.../bolsas-de-estudo>;

GUEBUZA A.(2010): Palestra -Ensino Superior em Moçambique: expansão, qualidade e eficácia;

KOSLINSI, M.C. & ALVES, F.(2012). Novos olhares para as desigualdades de oportunidades Educacionais: Educação Sociedade, campinas, v.33;

LANGA, P. V. (2012). A Mercantilização do Ensino Superior e a Relação com o saber: a Qualidade em Questão. *Revista Científica de Educação da Faculdade de Educação*, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique Vol. 1

MAZULA B. ( 1995). Panorama educacional no período colonial e após independência;

MINED (2005-2010), Plano estratégico para ensino superior em Moçambique-<http://mailer.mined.gov>;

MINED (2016). *Plano Estratégico da Educação: Imprensa Universitária & Estratégia de Financiamento do Ensino Superior (2012-2016)*. Maputo: MINED

MOSCA, J. & MATOS, N. (2010). *Desafios para Moçambique*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos IESE

NOGUEIRA, M. A., ROMANELLI, G. & ZAGO, N. (Orgs.) (2000). *Família & escola. Trajectórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis: Vozes

ONU (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: [http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)

PEÑALOZA, V. (1999). Custo de ensino superior, características. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-microdados>

ROSÁRIO. L. Universidades Moçambicanas e o Futuro de Moçambique. *Ensino Superior UNICAMP*, n. 10, pp. 46-55. Disponível em: [https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed10\\_julho2013/MOCAMBIQUE.pdf](https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed10_julho2013/MOCAMBIQUE.pdf)

WILSON-STRÍDON, M. & N'FONGWA, S (2012). *Um Perfil do Ensino Superior na África Austral*. Vol.1 Perspectiva Regional. Wits: Saraua. Disponível em: <https://docplayer.com.br/15782176-Um-perfil-do-ensino-superior-na-africa-austral.html>

WORLD BANK (2009). *Accelerating Catch-up: Tertiary crescimento na Educação na Sub-Saharan Africa*. Washington DC: World Bank;

.\*Mestre em Docência e Gestão do Ensino Superior pela UDM